

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre-RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		566.107	511.151	CIRCULANTE		217.798	178.118
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	8.090	6.002	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	133.501	114.739
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	9.950	-	Depósitos à Vista		102.864	87.603
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		9.950	-	Depósitos a Prazo		30.637	27.136
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	27.837	34.344	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		19.598	15.835
Carteira Própria		27.837	34.344	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	3
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		292.151	312.565	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	19.598	15.832
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.295	1.604
Correspondentes no país		-	2	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.295	1.604
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	292.151	312.562	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	-	2.920
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	180.212	121.447	Empréstimos País - Outras Instituições		-	2.920
Operações de Crédito		191.437	130.828	OUTRAS OBRIGAÇÕES		62.404	43.020
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.225)	(9.381)	Cobrança e Arrecadação de Tributos		125	90
OUTROS CRÉDITOS		44.525	33.393	Sociais e Estatutárias		5.998	2.991
Créditos por Avals e Fianças Honrados	(NOTA 07)	1	4	Fiscais e Previdenciárias		1.612	1.238
Rendas a Receber		1.017	883	Diversas	(NOTA 15)	54.669	38.701
Diversos	(NOTA 08)	44.083	32.880				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(576)	(374)				
OUTROS VALORES E BENS		3.342	3.400				
Outros Valores e Bens		3.465	3.378				
(Provisão para desvalorização)		(144)	(6)				
Despesas Antecipadas	(NOTA 09)	21	28				
NÃO CIRCULANTE		118.134	66.784	NÃO CIRCULANTE		389.262	338.949
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.837	2.666	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	383.513	334.676
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.837	2.666	Depósitos Interfinanceiros		3.604	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	91.992	46.903	Depósitos a Prazo		379.909	334.676
Operações de Crédito		98.004	51.380	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	5.749	4.273
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.012)	(4.477)	Repasses Interfinanceiros		5.749	4.273
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07 e 08)	10	20				
Diversos		10	20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.181	60.868
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	8.502	7.692	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	42.715	38.318
Outros Investimentos		8.502	7.692	De Domiciliados no País		48.287	40.640
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	8.298	4.440	(Capital a Realizar)		(5.572)	(2.322)
Outras Imobilizações de Uso		18.617	13.901	RESERVAS DE SOBRAS		31.513	18.292
(Depreciação acumulada)		(10.319)	(9.461)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.953	4.258
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	6.495	5.063				
Outros Ativos Intangíveis		12.792	10.052				
(Amortização acumulada)		(6.297)	(4.989)				
TOTAL DO ATIVO		684.241	577.935	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		684.241	577.935

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.336	2	36.338	66.486	2	66.488	58.978	3	58.981
Operações de Crédito	34.943	2	34.945	63.828	2	63.830	52.077	3	52.080
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.393	-	1.393	2.658	-	2.658	6.901	-	6.901
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.025)	(47)	(19.072)	(35.428)	(86)	(35.514)	(38.543)	(230)	(38.773)
Operações de Captação no Mercado	(12.106)	(47)	(12.153)	(23.521)	(86)	(23.607)	(30.992)	(65)	(31.057)
Operações de Empréstimos e Repasses	(798)	-	(798)	(1.612)	-	(1.612)	(1.479)	(165)	(1.644)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.121)	-	(6.121)	(10.295)	-	(10.295)	(6.072)	-	(6.072)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.311	(45)	17.266	31.058	(84)	30.974	20.435	(227)	20.208
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.826)	2.516	(7.310)	(15.047)	4.707	(10.340)	(10.171)	3.347	(6.824)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.798	7.826	14.624	12.346	14.368	26.714	10.456	11.692	22.148
Rendas de Tarifas Bancárias	4.874	-	4.874	9.377	-	9.377	8.379	-	8.379
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.994)	(1.624)	(14.618)	(24.785)	(2.987)	(27.772)	(24.771)	(2.763)	(27.534)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.268)	(2.304)	(12.572)	(19.235)	(4.203)	(23.438)	(17.188)	(3.291)	(20.479)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(576)	(601)	(86)	(911)	(997)	(119)	(934)	(1.053)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	13.457	303	13.760	27.184	338	27.522	34.903	213	35.116
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(11.668)	(1.109)	(12.777)	(19.848)	(1.898)	(21.746)	(21.831)	(1.570)	(23.401)
RESULTADO OPERACIONAL	7.485	2.471	9.956	16.011	4.623	20.634	10.264	3.120	13.384
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(137)	-	(137)	(168)	46	(122)	178	18	196
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.348	2.471	9.819	15.843	4.669	20.512	10.442	3.138	13.580
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(52)	(52)	-	(738)	(738)	-	(56)	(56)
Provisão para Imposto de Renda	-	(22)	(22)	-	(426)	(426)	-	(28)	(28)
Provisão para Contribuição Social	-	(30)	(30)	-	(312)	(312)	-	(28)	(28)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.348	2.419	9.767	15.843	3.931	19.774	10.442	3.082	13.524
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.931	(3.931)	-	3.082	(3.082)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.348	2.419	9.767	19.774	-	19.774	13.524	-	13.524
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.821)	-	(16.821)	(9.266)	-	(9.266)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.514)	-	(2.514)	(3.300)	-	(3.300)
Fates - Estatutário	-	-	-	(820)	-	(820)	(426)	-	(426)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.663)	-	(10.663)	(3.831)	-	(3.831)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(855)	-	(855)	(1.709)	-	(1.709)
Outras Destinações	-	-	-	(1.969)	-	(1.969)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.953	-	2.953	4.258	-	4.258

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS

CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	32.017	12.752	-	2.146	46.915
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.107	-	-	(2.107)	-
Outras destinações	-	-	-	(39)	(39)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.605	-	-	-	3.605
Baixas de capital	(2.707)	-	-	-	(2.707)
Resultado do período	-	-	-	13.524	13.524
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(426)	(426)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.831	-	(3.831)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.296	-	-	(3.300)	(4)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.709	-	(1.709)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	38.318	18.292	-	4.258	60.868
Mutações do Período	6.301	5.540	-	2.112	13.953
Saldos no início do período em 01/01/2018	38.318	18.292	-	4.258	60.868
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(1.251)	(1.251)
Destinações para reservas	-	1.703	255	(1.958)	-
Outras destinações	-	-	(255)	(1.049)	(1.304)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.132	-	-	-	5.132
Baixas de capital	(3.195)	-	-	-	(3.195)
Resultado do período	-	-	-	19.774	19.774
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(820)	(820)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.663	-	(10.663)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.460	-	-	(2.514)	(54)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	855	-	(855)	-
Outras Destinações	-	-	-	(1.969)	(1.969)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	42.715	31.513	-	2.953	77.181
Mutações do Período	4.397	13.221	-	(1.305)	16.313
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	39.468	19.995	255	10.007	69.725
Destinação resultado exercício anterior					
Outras destinações	-	-	(255)	-	(255)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.665	-	-	-	2.665
Baixas de capital	(1.878)	-	-	-	(1.878)
Resultado do período	-	-	-	9.767	9.767
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(820)	(820)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.663	-	(10.663)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.460	-	-	(2.514)	(54)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	855	-	(855)	-
Outras Destinações	-	-	-	(1.969)	(1.969)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	42.715	31.513	-	2.953	77.181
Mutações do Período	3.247	11.518	(255)	(7.054)	7.456

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	13.638	24.065	16.542
Resultado do semestre/exercício	9.767	19.774	13.524
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.871	4.291	3.018
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.731	3.380	(541)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	126	137	6
Provisão para desvalorização de outros créditos	155	201	94
Depreciação do imobilizado de uso	471	918	898
Amortização do intangível	692	1.308	1.214
Baixas do ativo permanente	-	11	5
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(431)	(853)	1.679
Destinações ao FATES	(820)	(820)	(426)
Dividendos SicrediPar	(53)	9	89
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(21.107)	(31.411)	885
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.037)	(10.121)	(1.994)
Redução em títulos e valores mobiliários	7.688	6.507	28.594
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.744	1	1
Redução em relações com correspondentes	29	2	70
(Aumento) em operações de crédito	(77.033)	(107.234)	(46.697)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	5.355	5.238	3.406
(Aumento) em outros créditos	(8.404)	(11.332)	(7.719)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	180	(80)	96
Aumento em depósitos	37.838	67.599	16.808
Aumento em relações interdependências passivas	1.294	691	117
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(3.835)	(2.920)	(8)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(426)	(248)
Aumento em outras obrigações	18.074	20.664	8.459
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.469)	(7.346)	17.427
Aquisição de Investimentos	-	(809)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.524)	(4.787)	(1.858)
Aplicações no Intangível	(930)	(2.740)	(1.519)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.454)	(8.336)	(3.377)
Integralização de capital	2.665	5.132	3.605
Baixa de capital	(1.878)	(3.195)	(2.707)
Juros ao capital próprio	(54)	(54)	(4)
Distribuição de Sobras	(255)	(2.555)	(39)
Outras destinações	(1.969)	(1.969)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.491)	(2.641)	855
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(12.414)	(18.323)	14.905
Caixa e equivalente de caixa no início do período	312.655	318.564	303.659
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	300.241	300.241	318.564

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 19/08/1967 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	8.090	6.002
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	292.151	312.562
Total	300.241	318.564

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.950	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	9.950	-
Total Circulante	9.950	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.837	2.666
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.837	2.666
Total não circulante	2.837	2.666

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	27.837	34.344
Total Circulante	27.837	34.344

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	147.319	65.918	213.237	129.816
Financiamentos	17.893	23.706	41.599	25.889
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.225	8.380	34.605	26.503
Carteira total	191.437	98.004	289.441	182.208

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1	-	1	4
Devedores por compra de valores e bens	16	-	16	205
Títulos e créditos a receber (i)	36.414	10	36.424	22.077
Total	36.431	10	36.441	22.286

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	508	22	-	-
Nível A	0,50	119.592	77.907	598	390
Nível B	1,00	116.349	72.778	1.163	763
Nível C	3,00	54.366	25.401	1.631	762
Nível D	10,00	17.093	12.354	1.709	1.235
Nível E	30,00	4.513	4.777	1.354	1.433
Nível F	50,00	2.824	2.670	1.412	1.335
Nível G	70,00	2.305	904	1.614	633
Nível H	100,00	8.332	7.681	8.332	7.681
Total		325.882	204.494	17.813	14.232

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				Total da Carteira	2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.294	50.630	35.057	32.610	121.591	83.698
Rural	92	1.895	24.238	8.380	34.605	26.503
Industrial	37	6.306	3.546	5.492	15.381	10.531
Comércio	998	25.688	23.606	21.564	71.856	40.221
Outros Serviços	1.017	23.400	28.064	29.968	82.449	43.541
Total	5.438	107.919	114.511	98.014	325.882	204.494

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	22.673	6,96	14.170	6,93
50 devedores seguintes	52.421	16,09	32.112	15,70
100 devedores seguintes	46.146	14,16	31.936	15,62
Demais	204.642	62,79	126.276	61,75
Total	325.882	100	204.494	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	14.232	14.679
Constituição de provisão	10.295	6.072
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.714)	(6.519)
Saldo final	17.813	14.232

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.903 (2017 - R\$ 2.653), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 14.299 (2017 - R\$ 10.418).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	212	388
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	738	2.703
Devedores por compra de valores e bens	16	189
Devedores por depósitos em garantia	4.840	5.993
Impostos e contribuições a compensar	594	647
Títulos e créditos a receber	36.414	22.073
Valores honrados	-	28
Operações com cartões	759	88
Pendências a regularizar	281	249
Outros	229	522
Total Circulante	44.083	32.880
Devedores por compra de valores e bens	-	16
Títulos e créditos a receber	10	4
Total não circulante	10	20

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	3.381	3.290
Imóveis	3.055	3.055
Veículos e afins	146	158
Máquinas e equipamentos	130	-
Bens em regime especial	50	77
Material em estoque	84	88
Despesas antecipadas	21	28
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(144)	(6)
Total Circulante	3.342	3.400

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 144 (2017 - R\$ 6) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	5.155	4.345
Sicredi Participações S.A.	3.345	3.345
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	8.502	7.692

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.084.822 ON 2.260.241 PN	1.084.822 ON 2.260.241 PN	2 Quotas	2 Quotas	5.154.631 Quotas	4.345.152 Quotas
Percentual de participação	0,38%	0,38%	1,24%	1,22%	1,34%	1,24%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	3.345	3.345	2	2	5.155	4.345

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018		2017	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.617	(10.319)	8.298	4.440
Imobilizações em curso	-	3.952	-	3.952	1.324
Instalações	10%	6.940	(4.903)	2.037	1.210
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.894	(2.275)	619	577
Sistema de comunicação	10%	179	(131)	48	45
Sistema de processamento de dados	20%	4.152	(2.713)	1.439	1.154
Sistema de segurança	10%	305	(242)	63	46
Sistema de transporte	20%	195	(55)	140	84
Intangível (i)		12.792	(6.297)	6.495	5.063
Investimentos Confederação		12.792	(6.297)	6.495	5.063
Total		31.409	(16.616)	14.793	9.503

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	102.864	-	-	102.864	87.603
Depósitos Interfinanceiros	-	-	3.604	3.604	-
Depósitos a prazo	13.444	17.193	379.909	410.546	361.812
Total	116.308	17.193	383.513	517.014	449.415

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	19.598	15.832
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	19.598	15.832
Total circulante	19.598	15.832
Recursos do Crédito Rural	5.749	4.273
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.749	4.273
Total não circulante	5.749	4.273

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 23/11/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	2.920
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	2.920
Total circulante	-	2.920

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	250	309
Obrigações por convênios oficiais	15	11
Provisão para pagamentos a efetuar	7.002	5.771
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	6.003	6.856
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	194	133
Pendências a regularizar	575	25
Operações com cartões	37.550	22.748
Demais fornecedores	1.693	1.562
Credores diversos	1.387	1.286
Total circulante	54.669	38.701

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	6.725	1.711	(2.685)	5.751
Cível	130	266	(145)	251
Tributária	1	-	-	1
Total	6.856	1.977	(2.830)	6.003

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	5.751	6.725
Cível	Provável	251	130
Tributária	Provável	1	1
Total		6.003	6.856

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.867; R\$ 804; R\$ 93 (2017 - R\$ 11.276, R\$ 920 e R\$ 89), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	42.715	38.318
Total de associados	54.274	49.723

Em 30 de junho de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.397 (2017 – R\$ 6.301), sendo R\$ 2.460 (2017 – R\$ 5.403) via integralização de resultados e R\$ 5.132 (2017 – R\$ 3.605), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.195 (2017 – R\$ 2.707).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.514, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 12% para Outros Destinações.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	20.512	13.580
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.615)	(5.704)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	30	1
Provisão resgate de milhas cartão	222	108
Provisão PPR	(60)	44
Receita com atos cooperativos	6.654	4.386
Juros sobre capital próprio	1.056	1.386
Outros	(25)	(277)
Subtotal	7.877	5.648
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(738)	(56)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.787	2.666
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	27.837	34.344
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	292.151	312.562
Outros Créditos - Rendas a receber	849	714
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	615	2.320
Investimentos (Nota 10)	8.502	7.692
Intangível (Nota 11)	6.495	5.063
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	25.347	20.105
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	2.920
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	35.697	22.334
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.658	6.901
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.105	4.974
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	20.201	27.850
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.612	1.644
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.439	1.201
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	11.354	10.122

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	96	0,09%	99
Depósitos a prazo	2.518	0,61%	2.779
Operações de crédito	290	0,10%	296

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.099	3.097

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	481	415
Despesa de aluguéis	3.145	3.168
Despesa de comunicação	1.233	1.180
Despesa de manutenção e conservação	1.159	1.145
Despesa de material	465	319
Despesa processamento dados	661	400
Despesa de promoções e relações públicas	2.857	2.066
Despesa de propaganda e publicidade	60	31
Despesa de seguro	107	95
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.755	3.541
Despesa de serviços de terceiros	503	666
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.075	1.903
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.591	1.129
Despesa de serviços de transportes	683	870
Despesa de viagem	46	72
Outras despesas administrativas	4.617	3.479
Total	23.438	20.479

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.943	1.743
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	19.478	27.422
Reversão de provisões operacionais	4.942	5.456
Outras rendas operacionais	1.159	495
Total	27.522	35.116

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.592	984
Contribuições Cooperativistas	92	25
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	507	369
Contribuição Confederação Sicredi	8.118	6.622
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	701	662
Encargos da administração financeira	129	154
Repasse administradora de Cartões	359	665
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.308	1.213
Outras provisões operacionais	3.783	6.412
Despesas operacionais - Demandas Judiciais	2.137	4.020
Outras despesas operacionais	3.020	2.275
Total	21.746	23.401

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	19.662	14.344
Total	19.662	14.344

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	70.686	57.406
Nível I (NI)	70.686	57.406
Capital principal - CP	70.686	57.406
Capital social	42.715	38.318
Reservas de capital	31.514	18.292
Lucros acumulados	2.953	4.258
Ajustes Prudenciais	(6.495)	(3.462)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	468.015	339.577
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.482	438
Margem de Capital (i)	20.062	21.313
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,10%	16,91%
Situação de Imobilização (Imob)	8.300	6.044
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,74%	10,53%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Gerson Luis Kunkel
Diretor Executivo
CPF: 901.656.590-68

Jadir Paulo Carlotto
Diretor de Operações
CPF: 542.590.020-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20